



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça
Assessoria de Comunicação**

**Clipping Impresso
20 de janeiro de 2014**

Condenado

Por mais que ele e seus aliados tentem minimizar, a situação do deputado Othelino Neto (PC-doB) é muito complicada.

Ele foi condenado por improbidade administrativa quando secretariou a pasta do Meio Ambiente no governo de JR Tavares.

E sem nenhum rodeio, o juiz Manoel Matos de Araújo, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca de São Luís, suspendeu seus direitos políticos por cinco anos.

Fim de semana é tranquilo no Complexo de Pedrinhas, em SL

Polícia Militar reforça segurança e tem feito revistas diárias em celas

O fim de semana transcorreu dentro da normalidade no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís. Ontem, dia de visita nas unidades prisionais que formam o complexo, homens da Polícia Militar (PM), além de agentes penitenciários, reforçaram a segurança nos presídios para evitar rebeliões, tumultos ou algum outro tipo de ocorrência. O objetivo da atividade é devolver o clima de tranquilidade ao local.

As ações da PM nos presídios da capital estão sendo coordenadas pelo Comando de Policiamento Especializado (CPE). De acordo com o coronel Iváldo Barbosa, comandante do CPE, várias revistas ocorreram no sábado e ontem, para tentar localizar armas, munições, drogas, celulares e outros objetos, entre os detentos, mas até o fechamento desta edição, nada havia sido encontrado. Porém, na noite de sexta-feira, dia 17, em outra revista, os policiais encontram chuchos, facas e munições dentro do complexo.

A presença de policiais militares nos estabelecimentos prisionais da Região Metropolitana de São



Dia de visitas transcorre sem tumultos no Complexo Penitenciário

Luís foi determinada pela governadora Roseana Sarney em dezembro do ano passado como uma das medidas adotadas pelo executivo estadual para reverter a crise que se instalou no sistema carcerário do estado. Além disso, homens da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) estão nos presídios para reforçar a segurança.

Comitê - A criação do Comitê de Gestão Integrada de Pacificação das Prisões em São Luís foi outra medida adotada para devolver a normalidade ao sistema prisional.

Presidido pela governadora Roseana Sarney, o comitê se reuniu na sexta-feira, dia 17, no Palácio dos Leões, e apresentou os resultados da primeira semana de trabalho desde a sua criação.

Entre as ações que já estão em desenvolvimento, destacam-se o início do mutirão carcerário, a adoção de programa de gestão de informação do sistema prisional, intensificação das atividades de ressocialização de detentos e de assistência às famílias de presos e vítimas.

O Comitê de Gestão Integra-

Douglas Júnior

Mais

Um novo relatório sobre as condições do sistema penitenciário do Maranhão deverá ser divulgado no início de fevereiro. O documento está sendo feito pelo Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do estado. Ligado ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o grupo é responsável por acompanhar as condições dos presídios, coordenar os mutirões carcerários e desenvolver projetos de ressocialização dos detentos.

da foi criado pelo Decreto nº 29.757/2014. Ele é uma das 11 medidas implementadas por meio da parceria entre os governos do Estado e Federal para a resolução da crise no sistema penitenciário do Maranhão. O comitê é composto por representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Maranhão e pelas polícias Civil e Militar, o Ministério Público do Maranhão, Polícia Rodoviária Federal, a Secretaria Nacional de Segurança Pública e o Departamento Penitenciário Nacional (Depen), a Defensoria Pública do Estado (DPE/MA), entre outros, com o objetivo de integrar as ações de todos os órgãos.

Agentes penitenciários ameaçam entrar em greve

Agentes penitenciários do Maranhão ameaçam entrar em greve em meio à crise que mobilizou os governos federal, estadual e o Poder Judiciário para tentar encontrar soluções para os problemas no sistema prisional maranhense. Uma assembleia geral foi convocada para a tarde da próxima quarta-feira (22).

Segundo o vice-presidente do Sindicato dos Servidores do Sistema Penitenciário (Sindspem), Cezar Castro Lopes, a ameaça de greve é uma resposta a uma iniciativa da Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária do Maranhão (Sejap). Esta semana, a secretaria publicou no Diário Oficial uma portaria que, segundo Lopes, transfere para o Grupo Especial de Operações Penitenciárias (Geop), da Sejap, a responsabilidade integral pela segurança dos estabelecimentos prisionais estaduais.

Segundo o Sindspem, os agentes penitenciários estaduais passarão a cuidar apenas da escolta de presos convocados para audiências judiciais e da custódia de detentos hospitalizados. A segurança dos presos no interior dos presídios será feita apenas pelo Geop.

Entre as unidades afetadas pela medida estão o Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Maior estabelecimento prisional do estado, Pedrinhas abriga 2.200 detentos em 1.700 vagas. De acordo com relatório do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), só no ano passado, 60 detentos sob custódia do estado foram assassinados no interior do complexo.

CNJ terá em fevereiro novo relatório sobre o sistema carcerário do Maranhão

Um novo relatório sobre as condições do sistema penitenciário do Maranhão deverá ser divulgado no início de fevereiro. O novo retrato está sendo feito pelo Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do estado. Ligado ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o grupo é responsável por acompanhar as condições dos presídios, coordenar os mutirões carcerários e desenvolver projetos de ressocialização dos detentos.

De acordo com o juiz auxiliar da presidência do CNJ, Luiz Carlos Rezende e Santos, após os últimos acontecimentos no Maranhão, é necessária uma apuração das medidas que têm sido tomadas para resolver problemas como superlotação e violência. Segundo Luiz Carlos, os juízes que compõem o grupo maranhense foram notificados para que acompanhem as atividades promovidas na resolução dos problemas carcerários.

"Estou aguardando a movimentação do grupo para o início de fevereiro. Precisamos saber o que está acontecendo para que possamos desenvolver um projeto de acompanhamento daqui para adiante, já que é uma situação diferenciada do resto do Bra-

sil", disse, em entrevista à Agência Brasil.

Para Luiz Carlos, após a criação pelo CNJ do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF), em 2009, os grupos de acompanhamento estaduais passaram a monitorar de perto a condição dos presídios no Brasil. "O Judiciário tem como obrigação principal a boa condução dos processos judiciais e ao Executivo compete a estrutura física, cuidar e melhorar as estruturas. Com o tempo, o grupo também passou a ter legitimidade de levar ao Executivo preocupação sobre as imperfeições físicas do sistema", explicou o juiz.

Foi assim que, em fevereiro de 2011, após rebelião que deixou seis presos mortos, foi instituído mais um grupo, desta vez para apurar casos de abuso de autoridade, tortura e qualquer tipo de violência de agentes públicos contra detentos no estado. O relatório, assinado em conjunto por representantes do CNJ e do Tribunal de Justiça do Maranhão, diagnosticou a precariedade e superlotação dos presídios e delegacias do estado

e a falta de agentes penitenciários qualificados.

O documento contém recomendações para a construção de pequenas unidades prisionais em diferentes cidades e realização de concurso público para suprir a administração penitenciária. As propostas foram encaminhadas à governadora do Maranhão, Roseana Sarney, aos seus secretários, bem como à Procuradoria-Geral de Justiça do estado e ao Tribunal de Justiça do Maranhão.

Luiz Carlos disse que o grupo de monitoramento do sistema carcerário tem também outras missões, como promover mutirões carcerários, que revisam as penas de presos definitivos e provisórios, e o Programa Começar de Novo, que oferece oportunidades de educação e capacitação profissional aos detentos.

O cumprimento dos objetivos no Maranhão, porém, foi dificultado pela falta de estrutura. "Como vamos capacitar pessoas em presídios superlotados, onde o Estado não está presente, onde quem manda são as facções criminosas?", indaga. Para ele, isso fez com que os projetos "não estejam deslançando como poderiam".

20.01.14 - O IMPARCIAL - Capa

ENTREVISTA EXCLUSIVA

Cinco mil mandados de prisão a serem cumpridos

O desembargador e coordenador do Grupo de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão, Froz Sobrinho, revelou, com exclusividade, que existe um mito que a polícia prende e a Justiça manda soltar. Na verdade, existem milhares de despachos do Judiciário solicitando a prisão de criminosos no estado

URBANO

Entrevista// Desembargador Froz Sobrinho

“A polícia prende e a Justiça mantém preso”

O **Imparcial** conversou com o desembargador e coordenador do Grupo de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça, Froz Sobrinho, sobre a problemática da violência nos presídios maranhenses. Ele garantiu que existe um grande equívoco quando se fala que a polícia prende e a Justiça solta, pois a grande prova é a superlotação em presídios. Atualmente existem 5 mil mandados de prisão a serem cumpridos

DOUGLAS CUNHA

DOUGLAS CUNHA

A cidade ainda vive sob o impacto das ações delituosas desenvolvidas no início do mês, em vários pontos da capital, por bandidos que se diziam membros de uma facção criminosa que surgiu nos limites do Complexo Penitenciário, cresceu e invadiu as ruas, levando pânico, dor e morte para a população. Uma menina, sua mãe e a irmã tiveram os corpos molhados de combustível e incendiados. Uma das vítimas morreu, consternando o Brasil inteiro. O crime revoltou a todos.

A violência remane no Complexo Penitenciário de São Luís se tornou um sério problema e despertou as autoridades para a busca de soluções e trouxe a São Luís o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. Reuniões foram realizadas com autoridades locais e a governadora Roseana Sarney, dando origem a um grupo gestor para a crise. Um mutirão carcerário com a finalidade de analisar processos criminais de réus presos já foi iniciado priorizando os exames processuais dos encarcerados de Pedrinhas.

O desembargador José de Ribamar Proz Sobrinho, o magistrado, coordena o Grupo de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça e, em entrevista a **O Imparcial**, analisa a situação na atual conjuntura. Proz Sobrinho acredita que a crise já está sob controle e com as medidas que estão sendo adotadas pelo governo, logo a situação estará resolvida.

O Imparcial - Como o senhor analisa a crise do sistema carcerário maranhense?

Froz Sobrinho - A crise foi gerada pela superlotação do espa-



A polícia prende e a Justiça mantém preso. Prova disto é a superlotação nos presídios. A Justiça também manda prender, tanto é que existem cinco mil mandados de prisão a serem cumpridos

FROZ SOBRINHO,
desembargador

ço físico do sistema carcerário. Isto não é um privilégio nosso. Em todos os estados brasileiros há o mesmo problema e em alguns, muito pior. Apenas a "bomba" estourou no Maranhão. Mas as medidas necessárias para a solução do problema já estão sendo adotadas através de um grupo gestor com a participação do Executivo, Ju-

dicário e Legislativo.

Qual teria sido a origem desta crise?

A origem está na superlotação do sistema carcerário que também se originou na vinda de presos do interior do estado. A primeira rebelião com mortes aconteceu logo após a transferência de presos de Justiça para o presídio

da capital. Isto teria sido evitado se já se tivesse adotado a regionalização do sistema penitenciário, com a construção de pequenos presídios no interior do estado. Esta medida está agora sendo adotada com a ajuda do governo federal.

Com isso, haverá um controle absoluto no complexo de Pedrinhas, podendo haver um sele-

ção de presos pela idade, tipos de crimes etc. para melhor se trabalhar na ressocialização dos apenados. Acredita-se que dentro de, no máximo, seis meses, tudo esteja resolvido. Criando-se 1.560 vagas novas, acaba a superlotação e também o problema.

O senhor acredita que uma intervenção federal poderia agilizar a solução do problema?

De jeito nenhum. Não acredito na intervenção. Sou contra. O problema é nosso e nós é que temos a solução. Uma intervenção não iria agilizar a construção de novos presídios. Todos os trâmites legais estão se desenvolvendo através das nossas autoridades, que estão coesas, unidas pelo mesmo objetivo. O governo federal está ajudando para alguma solução imediata, como a transferência de presos perigosos para unidades prisionais federais, de onde retornarão logo que seja concluída a construção de uma prisão própria, aqui no Maranhão; a presença da Força Nacional para auxiliar a força policial local na manutenção da ordem. Tudo isso é provisório. Pois os presos retornarão e a polícia vai sair do presídio que será controlado por agentes prisionais qualificados para o trabalho afim. Estamos desenvolvendo um plano que em, no máximo 180 dias, apresentará o resultado satisfatório que todos nós queremos.

Como o senhor observa o uso de torzeleiras por presos que serão liberados dos presídios?

Vejo com muita simpatia, pois vai possibilitar a saída de centenas de presos, aliviando a superlotação nos presídios. Trata-se de

uma liberdade vigiada que não será concedida aleatoriamente. O mutirão carcerário vai analisar a situação de cada um e então indicará quem poderá receber tal benefício. A torzeleira vai permitir um controle do sistema sobre o beneficiado, que não vai ter espaço para reincidir ou cometer qualquer ilícito.

Esta crise prejudicou as relações entre o Executivo e o Judiciário?

De jeito algum. Logo no início da crise aconteceu um erro de comunicação que logo foi dissipado e os dois poderes estão unidos, buscando a solução do problema. Houve trocas de acusações sem haver conversa. O entendimento veio logo.

A polícia prende e a Justiça solta?

É um grande equívoco. A polícia prende e a Justiça mantém preso. Prova disto é a superlotação nos presídios. A Justiça também manda prender, tanto é que existem cinco mil mandados de prisão a serem cumpridos.

Há solução para o problema carcerário brasileiro?

Acredito. Com a reforma do Código Penal, as penas serão aumentadas e os benefícios serão reduzidos. A regionalização do sistema prisional com a construção de pequenos presídios no interior vai manter os presos próximo da família e do juiz. Assim, não haverá mais excesso de prazos e os direitos dos presos serão respeitados. As ações tem que continuar e sem serem politizadas. O crime é dinâmico e o sistema tem que estar preparado para promover a ressocialização, preparando o preso para voltar ao convívio da comunidade.